



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA(WARÃ)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

LUCAS ALVES MARTINS

**UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO E DA TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO E DO
CURRÍCULO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO ESTADO DO TOCANTINS:
IMPLICAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Lucas Alves Martins

**Um estudo da concepção e da trajetória do livro didático e do currículo na história do
brasil e do estado do Tocantins: Implicações étnico-raciais**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema (Warã), Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M386e Martins, Lucas Alves.
 Um estudo da concepção e da trajetória do livro didático e do currículo na história do Brasil e do estado do Tocantins: Implicações étnico-raciais. / Lucas Alves Martins. – Miracema, TO, 2022.
 40 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.
1. Livro didático. 2. Currículo. 3. História. 4. População Negra e Indígena..
- I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCAS ALVES MARTINS

UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO E DA TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO E DO
CURRÍCULO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO ESTADO DO TOCANTINS:
IMPLICAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema (Unidade Warã), Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Pedagogo a ser apreciada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.

Data de aprovação: dia 17 / 11 / 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, orientador - UFT

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira, examinador- UFT

Profº. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, examinador - UFT

Dedico este texto monográfico a toda comunidade tocantinense.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido a dádiva da vida e de ter me concedido saúde e paz para encarar a jornada acadêmica.

À minha mãe Valteires Alves Ferreira e ao meu pai Aldemiro Martins do Santos. Estes, arduamente me ajudaram na conclusão deste curso, me ofertando todo apoio necessário.

Aos Meus avós paternos, João Martins dos Santos e Lucinda Evangelista dos Anjos pelos ensinamentos que carrego pra vida.

A minha namorada Carollayne Pereira Matos, por ter me acompanhado nessa caminhada, e ter me concedido todo apoio emocional necessário para conclusão deste trabalho.

A toda minha família que direta e indiretamente apoiaram esse processo até a conclusão.

Aos Meus amigos de infância, curso e universidade: Ana Clara Pereira, Anna Marya Lacerda, Esmeralda Cardoso, Jayne Lima, Joanderson Fernandes, Laís Nunes, Mariana Coelho, Marilete Cursino, Nivan Taibã Xerente, Pedro Henrique Lima, Reginaldo Xerente, Regiane Alves, Poliana Ribeiro e Valdecy Nunes por terem me ofertado apoio acadêmico e emocional para concluir este curso.

Aos Caciques da Aldeia Porteira Thiago e Devanir Xerente,¹ ao Cacique da Aldeia Vão Grande, ao senhor Márcio Sromnê Xerente e toda comunidade Akwê Xerente por ter me recepcionado enquanto motorista e aluno de saberes desta comunidade.

A todos estudantes indígenas, que cotidianamente não medem esforços para se dedicarem aos estudos, enfrentando todo tipo de dificuldade no transporte público, no qual sou o motorista, ou mesmo indo a pé, ou de bicicleta, de moto, barco, etc, das aldeias à escola e das escolas à aldeia².

Ao corpo docente da Universidade Federal do Tocantins, por ter me proporcionando uma riquíssima formação profissional e cidadã. Em especial à professora Fátima Lima que me orientou no TCC em sua fase inicial. Grato. Agradeço também a acolhida do professor Francisco na fase de conclusão deste trabalho.

À banca examinadora, pela contribuição no exame deste trabalho, em especial aos professores Antônio Miranda e Ladislau Nascimento.

¹ Devido ao quantitativo de moradores na Aldeia Porteira, ela se divide em duas lideranças políticas.

² Ver ANEXO A: Imagens do meu trabalho no transporte de estudantes indígenas Xerente das aldeias às escolas e das escolas à aldeia.

RESUMO

O estudo relaciona a história do livro didático no Brasil com a própria concepção de história oficial predominante em cada época: colônia, império e república. Tem como objetivo a visualização da trajetória da ideologia racista e preconceituosa de estado e do mercado, no livro didático. A metodologia utilizada relacionou a ideia de currículo escolar com a de promoção do livro didático ou manuais escolares na construção da identidade da elite dominante em detrimento da população negra e indígena. Conclui-se que os atuais critérios para as orientações curriculares, bem como para a escolha e distribuição de livros didáticos são em parte, conquistas do movimento social, contudo, conclui-se ainda que não priorizam a história feita pelos próprios sujeitos que formam a população brasileira, negra e indígena.

Palavras-chave: Livro didático. Currículo. História. População Negra. Indígena.

ABSTRACT

The study relates the history of the textbook in Brazil with the prevailing conception of official history in each era: colony, empire and republic. It aims to visualize the trajectory of the racist and prejudiced ideology of the state and the market, in the textbook. The methodology used linked the idea of school curriculum with the promotion of textbooks or school manuals in the construction of the identity of the dominant elite to the detriment of the black and indigenous population. It is concluded that the current criteria for curricular guidelines, as well as for the choice and distribution of textbooks are, in part, achievements of the social movement, however, it is also concluded that they do not prioritize the history made by the subjects who form the population Brazilian, black and indigenous.

Keywords: Textbook. Resume. History. Black Population. Indigenous.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	O ESTADO MONÁRQUICO E REPUBLICANO NA ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DA HISTÓRIA BRASILEIRA EM MANUAIS FORMATIVOS DIDÁTICOS.....	10
3	DIRETRIZES DE COMERCIALIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DA HISTÓRIA BRASILEIRA	19
3.1	Movimentos sociais em prol de igualdade representativa em livro didáticos.....	22
4	A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CUNHO DIDÁTICO NO CONTEXTO DOS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA DO TOCANTINS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988	24
5	CONSIDERAÇÃO FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29
	ANEXOS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Este texto monográfico tem a sua origem nos debates ocorridos durante a minha formação enquanto futuro pedagogo por meio das disciplinas de Educação e Cultura Afro-brasileira e o Campesinato no Tocantins. Além disto, através das minhas reflexões sobre o ensino de história na cidade de Tocantínia onde exerço meu trabalho na reserva indígena, enquanto motorista escolar de alunos indígenas da comunidade Akwê Xerente¹.

Este contato cultural com a comunidade me proporcionou grandes aprendizados e contribuições à minha formação e também a este estudo², no que diz respeito principalmente, a valorização da ancestralidade e da história deste povo, enquanto um dos grandes agentes povoadores do município de Tocantínia. E por decorrência, de muitas regiões do Brasil. Partindo dessas reverberações iniciei a pesquisa realizando um levantamento bibliográfico, através de livros, artigos e dissertações, buscando me aproximar da temática do currículo na promoção de livros didáticos.

Através de algumas reflexões, foi possível perceber que a formação em história da educação brasileira possui versões redigidas pelos “grandes vencedores e heróis da história nacional” e que passaram por processos de ocultamento social e histórico, a saber: negros e povos indígenas. É sabido, que este processo foi bastante presente em manuais, cartilhas e livros didáticos do ensino da disciplina de história.

Neste sentido a minha formação, me deu a possibilidade de estudar e conhecer, através de algumas disciplinas específicas, a história da Educação Brasileira e por decorrência a do Tocantins, vista sob o olhar dos sujeitos que são os grandes povoadores deste continente: indígenas e negros (as).

Partindo desse princípio este estudo tem por norte, saber de qual forma a ideologia curricular do Estado conseguiu se manifestar através dos materiais de cunho didáticos ao longo da história brasileira e tocantinense.

Para tanto, esta pesquisa se organizou por algumas categorias específicas de análise: o conhecimento do que vem a ser um livro didático e o seu forjamento cultural ao longo da história brasileira e tocantinense, bem como conhecer as diretrizes de comercialização de livros e seus impactos na construção de currículos. E por fim estudar os movimentos sociais em prol

¹ Ver anexo com fotos do local onde trabalho e aprendo ao mesmo tempo.

² Este estudo teve a participação/contribuição de um amigo de curso Nivan Taibã Xerente, este veio a me auxiliar a desenvolver a tradução do resumo desta obra em Língua Akwê Xerente. Ver anexo.

da representatividade em livros didáticos. Desta maneira esta pesquisa centrou-se por uma vertente, bibliográfica e documental (GIL, 2002).

Nesse sentido, cronologicamente este estudo centrou-se em estudar a base curricular de cartilhas e livros de cunho didático na perspectiva do ensino de história na Colônia, no Império e na República.

Percebemos através deste estudo, que estes materiais didáticos se configuraram ao longo da história como ferramentas amplamente ideológicas na promoção da construção de currículos escolares (BITTERNCOURT, 2001). Fruto da cultura escolar ou não, estes se configuram como sendo um objeto/ ferramenta que faz uma ponte entre o fazer docente, o conhecimento e os alunos em sala de aula.

No entanto, este processo legitimou e modulou por longos períodos um ensino brasileiro com uma base tradicional, religiosa e depois técnica. (SAVIANI, 2019). Assim, em nossa segunda seção destacamos esse ensino articulado com o processo colonizador e escravocrata, que se perpetuou por longos anos no Brasil, uma perspectiva de ensino ainda racista e de autopromoção das “conquistas e caridades brancas”.

Já na terceira seção nos dedicamos a uma tendência contemporânea, sob o controle do mercado na elaboração e distribuição do livro didático e, portanto, de seu conteúdo, influenciando inclusive os currículos escolares e conteúdos preconceituosos, discriminatórios.

Na quarta seção vemos um pouco deste processo na criação do estado do Tocantins sobretudo na década de 1990. Destacamos que para esse enfrentamento ocorreram várias iniciativas nacionais e internacionais, protagonizadas pelos movimentos sociais negros que culminaram em políticas públicas de planejamento e distribuição do livro didático por meio de critérios antirracistas e de base legal baseados em processos avaliativos no PNLD – Plano Nacional do Livro Didático¹. A efetivação destas políticas públicas antirracistas ainda é um desafio para todos. Desejamos a todos uma boa leitura. 0

¹ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Consultar em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnlld>

2 O ESTADO MONÁRQUICO E REPUBLICANO NA ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DA HISTÓRIA BRASILEIRA EM MANUAIS FORMATIVOS DIDÁTICOS

A utilização de ferramentas de cunho didático é oriunda da chegada dos Jesuítas no continente brasileiro, a chamada “civilização ocidental e cristã”, que tem o seu início, no Brasil, em 1549, aproximadamente, com a chegada dos primeiros religiosos católicos para o processo de catequização e aldeamentos (SAVIANI, 2019).

No século XVI, a igreja católica exerceu grande papel de decisão educacional e com a invasão territorial dos portugueses no Brasil, foi se formulando alguns estereótipos. Nesse período se pensava e propagava que os indígenas não possuíam instrução mínima e era preciso “domesticá-los” para exercer as vontades dos colonizadores.

Todavia, as comunidades nativas já possuíam uma educação própria,

[...]Essas populações viviam em condições semelhantes àquelas que foram definidas como correspondentes ao comunismo primitivo. Ou seja: não eram sociedades estruturadas em classes. Apropriavam-se de forma coletiva dos meios necessários à sua subsistência. Esses meios consistiam na caça, pesca, coleta de frutos e de plantas nativas e algumas plantações dentre as quais se destacavam o milho e, principalmente a mandioca. Tratava-se, em suma, de uma economia *natural* e de *subsistência*. Natural porque ‘capaz de satisfazer às necessidades dos membros do grupo social sem nenhuma troca’; de subsistência porque orientada no sentido de satisfazer às necessidades restritas do grupo local (FERNANDES, 1989, p. 76 *apud* SAVIANI, 2019 p. 32, grifos do autor)

Entretanto, Segundo Almeida (2017), mesmo esse povo sendo agraciado por ter uma cultura específica (ter a habilidade de uma agricultura sustentável, religião, serem excelentes caçadores e conhecedores da fauna e da flora brasileira) a eles foi imposto um processo que foi além da usurpação da força de trabalho. Para Cunha (1992) os povos indígenas no Brasil foram duplamente ultrajados, fisicamente e historicamente, o primeiro condiz ao trabalho escravo, já o segundo opera na lógica de ocultação da realidade história desse povo. Tal processo só será revertido quando:

[...] os índios forem considerados sujeitos históricos e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, “páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (MONTEIRO, 1995, p.228 *apud* ALMEIDA, 2017, p.18)

O período inicial do processo de colonização foi demarcado por alguns planos de educação para os povos indígenas, seguimentos estes que visavam a facilitação do processo colonizador. Dentre eles podemos citar o plano elaborado por Nóbrega¹.

[...]O plano iniciava-se com aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina[...] (SAVIANI, 2019, p.43)

O método educativo tinha por base uma educação tradicional, ou seja, uma educação autoritária, os professores (padres) assumiam o papel central do ensino, já os alunos (indígenas) eram meros ouvintes (LIBÂNEO, 1985). Outra figura bastante presente nesse método educativo e mais tarde no método tecnicista eram as cartilhas e enciclopédias, estas se configuravam como alicerce do processo de ensino e aprendizagem, estes materiais tinham por base a reprodução de um conhecimento universal pronto e acabado, tinham como enfoque central questões de alfabetização e formação técnica.

Com a necessidade de materiais didáticos que propiciassem o processo de ensino de leitura e escrita, surge o silabário, a primeira versão de cartilha. As primeiras cartilhas brasileiras foram importadas de Portugal, como por exemplo, a Cartilha para Aprender a Ler do escritor João de Barros. As cartilhas traziam com o teor o alfabeto escrito de várias formas, tendo a grafia como item fundamental na escrita. (RANGEL; SOUZA; SILVA, 2017, p. 501).

No Brasil Imperial (1822 – 1889) as alianças entre Estado, igreja e educação se tornaram cada vez mais forte, refletindo bastante no ensino dos anos iniciais. A chamada educação *moral e cívica* arraigada da Escola das Primeiras letras², tinha por objetivo intensificar o processo de alfabetização no Brasil, movimento este que proporcionava a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem. O ensino de História, nesse período, ocorria de forma meramente opcional e reservado as elites desse período no Colégio Pedro II, sendo difundido preliminarmente como a Disciplina de História Universal e posteriormente sendo alterada por

¹ Manoel da Nóbrega, Padre Jesuíta português nascido em Entre-Douro-e-Minho, Portugal, chefe da primeira missão jesuítica à América, cujas cartas que enviava para sua ordem servem como documentos históricos sobre o Brasil colonial e a ação jesuítica no século XVI. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/biografia/manuel-da-nobrega.htm>> acessado em 01/03/22.

² “[...]Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a criação de “Escolas de Primeiras Letras”. O texto da lei das Primeiras Letras desdobra-se em 17 artigos. Além do primeiro artigo que determinou a criação das Escolas de Primeiras Letras “em todas as cidade, vilas e lugares mais populoso”, Cabe destacar os artigos 4^a e 5^a, referidos à adoção obrigatória do método e da forma de organização preconizados pelo “ ensino mútuo”, e o artigo 6^a que estipula o conteúdo que os professores deverão ensinar: Ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramatica da língua nacional, os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos(Tambara & Arriada 2005, p.24 Apud Saviani, 2019, p.127)

História Sagrada (BRASIL, 1997). Conquanto, o ensino da História sagrada, além de ter um teor altamente religioso, também enfocava questões de alto promoção da ala detentora de poder. Nesse sentido à docência do ensino de história ocorria apontando,

[...]ações históricas realizadas pelos heróis considerados construtores da nação, especialmente governantes e clérigos. A ordem dos acontecimentos era articulada pela sucessão de reis e pelas lutas contra os invasores estrangeiros, de tal forma que a história culminava com os ‘grandes eventos’ da ‘Independência’ e da ‘Constituição do Estado Nacional’, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma ‘grande nação’. Os métodos de ensino então aplicados nas aulas de História eram baseados na memorização e na repetição oral dos textos escritos. Os materiais didáticos eram escassos, restringindo-se à fala do professor e aos poucos livros didáticos compostos segundo o modelo dos catecismos com perguntas e respostas, facilitando as arguições. Desse modo, ensinar História era transmitir os pontos estabelecidos nos livros, dentro do programa oficial, e considerava-se que aprender História reduzia-se a saber repetir as lições recebidas. (BRASIL, 1997, p.20, grifos do autor)

Sendo a Escola do século XX uma instituição responsável pela inserção no mundo *moral e cívico* brasileiro, caberia a ela, além de alfabetizar, realizar a inserção dos indígenas, negros, caboclos, imigrantes e outros no processo de dominação ideológica *nacionalista e elitista* (Brasil, 1997, p. 21). Nesse sentido as lideranças se organizavam propondo currículos de cidadãos que deveriam ser formados nas escolas, e a escolha do *ser ideal*, influenciava diretamente no que era produzido de material de apoio escolar para o professor. Nesse sentido, os livros didáticos se configuravam como sendo mecanismos amplamente ideológicos, políticos, e frutos da cultura escolar. Nessa proporção concordamos com (APPLE, 1995, p. 82), quando enfatiza que, [...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.”. Desta seleção, se formula o currículo, que segundo Saviani (p.16, 2008) “[...]é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.”, dessa forma, tanto a escolha do livro como a composição curricular ocorre de maneira restritiva, cabendo a escola transmitir conteúdos que,

[...]não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta. A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir ‘prioridades’ (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado[...] (GAMA; DUARTE, 2017,p.522, grifos do autores)

Contudo, esse processo de escolha do conteúdo escolar assegura de certa maneira o domínio hegemônico das oligarquias patriarcais brasileiras,

[...]dentre este vasto território da cultura de alguns conteúdos em detrimento de outros implica uma decisão política, pela qual se priorizam ideias, conceitos e valores que poderão ser perpetuados por grupos ou sociedades que de alguma forma são detentoras do poder de decisão, representando o que um grupo priorizou como conteúdo escolar. (TEIXEIRA, p. 9418).

As sociedades na contemporaneidade se organizam socialmente por uma base capitalista. E nessa perspectiva, a preceituação de conteúdo (currículo) presente em livros didáticos desdobra-se por decisões da burguesia. Vale ressaltar que essa escolha é permeada por uma série de indagações. Qual conteúdo é realmente relevante para composição de um currículo? De qual maneira deve-se aplicar um conteúdo curricular? Por quanto tempo dever-se-ia permanecer a aplicação de um determinado conhecimento? Tais perguntas carregam consigo um arcabouço de reflexões, mas dada a sociedade em que vivemos, estes, transportam consigo, a intenção da manutenção do poder. Que segundo Silva (1999),

[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que ‘esses conhecimentos e não ‘aqueles’ devem ser relacionados. Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta ‘o que?’ nunca está separada de uma outra importante pergunta: ‘o que eles ou elas devem ser?’ ou, melhor, ‘o que eles ou elas devem se tornar?’. Afinal um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo[...] (SILVA, p. 15, 1999, grifos do autor)

A preceituação de formulação de currículo tem por objetivo central, o forjamento identitário de um povo ou nação (MOREIRA; SILVA, 1994). E nessa perspectiva o discurso, seja ele oral ou escrito, modula a cabeça dos educandos de uma tal forma que o ensino passa a ser alienante ou não, a depender de sua concepção, ideologia que o orienta. A exemplo da representatividade dos negros ou indígenas nos livros didáticos, enquanto agentes sociais portadores de uma identidade, a eles, geralmente, é atribuído uma representatividade negativa ou inferior, não obstante, a sua história é esquecida ou mesmo distorcida. (RIBEIRO, 2019)

Discursivamente, muitas palavras pejorativas a eles já foram e ainda são atribuídos, e hoje tais pronunciações se tornaram negativamente parte do nosso discurso social, quando proferimos a frase “Criado mudo”, hoje se remete a um móvel localizado ao lado, preferencialmente, de uma cama. Contudo no passado fazia “[...] referência aos criados (geralmente escravizados) que deviam segurar objetos para seus senhores [...]. Como estes criados não podiam falar, eram considerados mudos, daí o termo criado-mudo [...]” (PARATODOS, 2020, p.07). Dentre outras palavras e frases que compõem a construção de currículo racista discursivo brasileiro, situamos, “A coisa tá preta”; “Denegrir”; “Moreno(a)”;

“Meia tigela”; “Doméstica”; “Cor de pele”; “Mercado negro”, “Magia negra”, “Lista Negra”; “Ovelha negra”; “Serviço de preto” e etc¹.

Tais colocações estão tão presentes no nosso dia a dia e acabamos por proferir sem perceber, formando uma continuidade de aprendizado racista que caminha para a interinidade, e nesta proporção Almeida (2010, p.15) ressalta que “[...]o fato de aprender está inevitavelmente voltado para o passado”. Nesta conexão “[...] O conhecimento do passado é um elemento essencial na formação de identidade, na percepção de si e dos outros”. Nessa condição, o ensino de História visto sob o prisma positivista, atrela-se a identidade que já exerceu no passado e exerce no presente, o papel formativo e representativo de identificação dos grandes heróis, vilões e seres a passíveis de serem marginalizados na conjuntura social. No campo da ciências humanas, a Educação Historiada é,

[...]aquela perpetrada pelos povos que conseguiram seu lugar na História; mais que isso, é aquela realizada *pelos classes* que, ao se tornarem vencedoras na História, escreveram a sua própria História e suas próprias práticas educativas, relegando, rejeitando e ocultado todas as outras práticas educativas que se desenvolviam na própria constituição da sociedade. (LOPES, 1995, p.13)

Esta prática, por exemplo, esteve presente no processo construtivo de representatividade de criação/ação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Segundo Faria (1986, p.39-40) Os manuais didáticos, oriundos das Escola moral e Cívica retrataram esse processo sendo erroneamente representado através de cartilhas da época. O “13 de Maio” segundo Viriato Correia²,

O dia 13 de maio, data em que a princesa assinou a grande lei da abolição, foi o mais bonito dia de festa que já houve no rio de Janeiro. Nunca se havia visto alegria, tanta música e tantas flores. A cidade inteira veio para a rua festejar a liberdade dos nossos irmãos negros. Os negros choravam de alegria diante da alegria do povo. Ao terminar a assinatura, Isabel chegou à janela do palácio. A praça inteira, a uma só voz, aclamou o nome da princesa que acabava de tornar todos iguais. [...] as festas duraram dez dias. Durante dez dias o Rio de Janeiro e quase todas as cidades do Brasil se iluminaram para festejar a liberdade dos escravos[...]

Segundo Faria (1986), esse processo colocou um ponto de chegada na história dos negros e indígenas no Brasil. Renegando suas lutas e contribuições históricas para a formulação da sociedade brasileira construído até a formulação da Lei Aurea. Todavia, é sabido que tal

¹ Tais colocações fazem alusão a colonização brasileira, em suprassumo, estas reduzem a qualidade do negro como seres ruins e incompetentes (PARATODOS, 2020).

² “[...]”Advogado, político, escritor e jornalista brasileiro nascido em Pirapemas, MA, um dos mais lidos de seu tempo graças às crônicas históricas e obras de literatura infantil e que chegou ao grande público com diversos volumes de crônicas históricas.” Acesso em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/manuel-viriato-correia-baima-filho.htm>

processo não ocorreu de maneira espontânea, dada a sociedade que vivemos, altamente racista e preconceituosa (RIBEIRO, 2019).

O racismo estrutural, prática que oculta a reflexão acerca dos direitos igualitários se perpetua na construção histórica, no modo de agir, nas ocupações de trabalho, nas ocupações urbanas e geográficas. Este processo, do racismo estrutural, modula e ordena a sociedade brasileira e quando em contato com a formulação de currículos escolares, acaba por perpetuar o ordenamento social brasileiro, balizado por injúrias, desrespeitos e a não reflexão acerca dos problemas que afligem os seres marginalizados na história.

Vejam os o ensino de história no fim do século XIX, compreendido pela composição curricular com duplo cunho formativo: civilizatório e patriótico. A história ao lado da Geografia e a Língua Pátria (Português) compunha o tripé do processo de ensino e aprendizagem, sua principal missão era: “[...]modelar um novo tipo de trabalhador: o cidadão patriótico[...]” (BRASIL, 1997, p.20). Outrossim, tal plano educacional tinha por enfoque a inserção da educação brasileira no mundo ocidental e isso ocorreu pela inclusão de conteúdos curriculares relacionados a acontecimentos históricos globais.

Em 1929, se instalou no mundo, uma crise mundial, crise econômica, com a quebra da bolsa de valores de Nova York. Para o Brasil tal fato se tornou um problema, pois, a bolsa de valores era um dos maiores locais de compra e venda café. Em decorrência disto em 1930, se findava a política do Café com Leite e o declínio das lideranças cafeeiras e leiteiras no Brasil. Nesse período se instalou no país uma tensão social, pois esse meio de governar se tornou exaustivo, pois não proporcionava uma política democrática, apenas dois grupos sociais se revezavam no poder brasileiro e, além disso, ficou acordado que,

Considerando a variedade de forças que concorreram à Revolução de 1930, firmou-se na historiografia a seguinte interpretação: não havendo nenhum grupo com legitimidade para assumir o controle governamental, teria emergido do movimento vitorioso um ‘Estado de compromisso’, sustentado pelo Exército que passou a operar como um ‘liame unificador das várias frações de classe dominante [...]’ (SAVIANI, 2019, p. 191)

Em decorrência da crise ocorrida em meados da República Velha, alguns nomes foram surgindo no contexto nacional e Getúlio Vargas utilizando a sua perspicácia e manobras políticas, conseguiu assumir o poder em 1930 por via de um levante armado (Golpe ou o que chamou de Revolução de 1930).

Destaca-se que quando Vargas assumiu o poder, ainda estava em vigor na prática e na legislação, a perseguição cultural de manifestações das comunidades afro-brasileiras, em especial, a capoeira e os terreiros voltados à religiosidade de matriz africana (candomblé, entre

outras). Esta perseguição ocorria através do Código Penal brasileiro. No que se refere à capoeira acontecia pelo Decreto 487, de 11 de outubro de 1890, Este Decreto regulamentava a repressão aos “Vadios e Capoeiras”.

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. E considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. (BRASIL, 1980).

É importante ressaltar que capoeira, teve a sua bandeira defendida ao longo da história brasileira pelos Mestres: Besouro de Mangangá, Pastinha e Bimba. Os dois últimos, com mais destaque para a nossa atualidade, pois em anos de perseguição à capoeiragem na década de 20, 30 e 40 do século XX, optaram por mostrar o lado lúdico, educacional e filosófico da capoeira aos governantes e conseguir deles a retirada da capoeira do Código Penal, no ano de 1937, aproximadamente (PIRES, 2002).

É válido ressaltar, que Vargas no processo de consolidação de seu governo, até a sua cartada final de instituir uma ditadura com o Estado Novo (1930-1945), empreendeu esforços para passar uma visão de uma legislatura populista, de “pai dos pobres”. Assim, com foco na pseudo união entre o Estado e a população, Getúlio Vargas, em um encontro com Mestre Bimba¹ reconheceu e reverenciou a importância da Capoeira como forma de expressão cultural genuinamente brasileira. E desse encontro que se concretizou a revogação do decreto que impedia a prática da capoeira. (CAMPOS, 2009).

Ainda nesse período ocorreram outras mudanças, dentre elas, citamos, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo a cadeira de secretário ocupado por Francisco Campos, um dos integrantes do movimento *Escolanovista*. Nesse período houve um novo direcionamento fabril, pois a partir desse momento a extração, torragem, e distribuição do café passou a ganhar uma composição moderna, de acordo com as novas tendências mundiais (SAVIANI, 2019).

¹ Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) nasceu em 23 de novembro de 1901, no bairro de Engenho Velho de Brotas, antiga Freguesia de Brotas, em Salvador, Bahia, pouco mais de uma década após a Abolição da Escravatura. Filho de Luís Cândido Machado, caboclo natural de Feira de Santana, famoso campeão baiano de batuque, e de Maria Martinha do Bomfim. Foi carvoeiro, doqueiro, trapicheiro, carpinteiro, mas, principalmente, capoeirista. Mestre de capoeira foi condição adquirida por reconhecimento popular e pelo respeito da sociedade, numa época em que a perseguição às manifestações da cultura negra era muito intensa e perversa. O apelido de Bimba foi resultado de uma aposta de sua mãe com a parteira que o “apareu”, ou seja, fez seu parto. Sua mãe afirmava veementemente que iria dar à luz a uma menina, tinha plena certeza e a parteira dizia que seria um homem. A aposta se consubstanciou e, ao nascer o menino, a parteira, aconchegando-o à mãe, fez questão de lhe dizer: olhe a “bimbinha” dele e esse cognome o acompanhou por toda a sua vida.

Quanto ao ensino de História deste período passou a ser pensado sobre a inclusão de conteúdos específicos sobre a história dos povos brasileiros, pois a partir desse momento foi possível reconhecer a miscigenação de raças que se fazem presente no Brasil (BRASIL, 1997).

Tal processo decorre-se de ações políticas, e principalmente do fim da segunda guerra mundial (1939 -1945). Nesse contexto, instaurou-se no Brasil um quadro de preocupação no processo de ensino e aprendizagem de História. Poder-se-ia dizer que estava se formulando um senso ético e moral na aplicação de conteúdos de ensino escolar, pois a Segunda Guerra Mundial foi marcada por um movimento sangrento, demarcado pelas ações violentas do líder alemão Adolf Hitler, que levou ao holocausto de mais de 6 milhões de judeus, nos centros de concentração e extermínio, na Alemanha. E também a violência destruidora das bombas nucleares despejadas pelos E.U.A em Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

[...]Nos anos imediatos ao pós-guerra, a História passou a ser considerada, pela política internacional, como uma disciplina significativa na formação de uma cidadania para a paz, merecendo cuidados especiais tanto na organização curricular quanto na produção dos materiais didáticos. A Unesco passou a interferir na elaboração de livros escolares e nas propostas curriculares, indicando possíveis perigos na ênfase dada às histórias de guerras, no modo de apresentar a história nacional e nas questões raciais, em especial na disseminação de ideias racistas e preconceituosas. A História deveria revestir-se de um conteúdo mais humanístico e pacifista, voltando-se ao estudo dos processos de desenvolvimento econômico das sociedades, bem como dos avanços tecnológicos, científicos e culturais da humanidade. (BRASIL, 1997, p.22).

Assim, na atualidade, as cartilhas terão impacto por novas legislações que influenciam diretamente no processo de composição dos novos livros didáticos e currículos e acabam por oferecer novos mecanismos (suficientes ou não), para representar a cultura da escola, ou seja, via currículo de seus anseios sociais. E isso decorre das novas legislações, a começar pela nossa Constituição Federal, que dentre elas destacamos: BRASIL (1988); (1996); (2003); (2010); e de (2017).

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205, anuncia que a educação é, “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho[...].” (Brasil, 1988, p.126). Por essa regulamentação ter sido fundamentada pelas discussões ocorridas no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, este documento tem um olhar mais humanísticos de organização da sociedade.

Este documento pensando na diversidade cultural que se faz presente no Brasil, instituiu que, Art. 210.

[...]Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. [...]§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988, p.127).

Conquanto, mesmo com a educação dos anos 90, sendo regulamentada primariamente pela Constituição Federal, foi preciso pensar em outros documentos que conseguissem proporcionar mais abrangência educacional. Fruto destes anseios, que se formulam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. De forma pioneira esta lei instituiu diretrizes para a formulação de currículos reflexivos acerca da sociedade.

Dada essa prerrogativa, pouco a pouco este documento foi sendo (re) colocado em novas discussões para haver uma maior abrangência educacional. Passou-se a ser incluso como bases de suas atualizações posteriores os Parâmetros Curriculares Nacionais (década de 1990); e uma legislação que cobrava o respeito a um currículo étnico-racial, tais como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

A Lei nº 10.639/2003 enfatiza a valorização do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, bem como a inclusão de uma data comemorativa a ser trabalhada não somente em âmbito escolar, mas na esfera nacional, com o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, sendo feriado em alguns municípios e outros não.

Ademais, é válido ressaltar que a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, veio trazer a inclusão do ensino afro-brasileiro e indígena, Art. 1º:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras [...] (BRASIL, 2008)

Com esses marcos legais (essas atuais legislaturas) em ação, complementares e integrantes à LDB fica nítido os desafios curriculares das escolas e em destaque, dos livros e materiais didáticos a serem repensados em toda a rede de ensino.

É válido ressaltar ainda, que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (Brasil, 1997) e a própria Base Nacional Curricular Comum - BNCC (Brasil, 2017) se debruçaram em apontar caminhos para a efetivação dessas novas orientações curriculares. Mecanismos estes

que contribuíram de forma direta na forma organizativa/construtiva dos editais de seleção dos livros didáticos nos dias de hoje. Tais processos serão melhores expostos na seção a seguir, que trata da comercialização dos livros didáticos.

3 DIRETRIZES DE COMERCIALIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DA HISTÓRIA BRASILEIRA

A comercialização dos livros didáticos no Brasil gira cifras milionárias, tanto no seu aspecto de números de exemplares vendidos, quanto à sua alta lucratividade. A década dos anos de 1990, (século XX), houve o pico na distribuição de livros didáticos no Brasil, sendo produzidos quase três bilhões de livros, com uma média anual de 300 milhões de exemplares¹.

Destaca-se historicamente, que a circulação destes no Brasil, data, de seu início, em 1808² pela imprensa *Régia*, órgão oficial que produzia enciclopédias para os cursos criados por D. João VI. (SILVA, 2015). Com a decadência desta, em 1822, inicia-se as editoras de livros particulares.

[...]Até cerca de 1920, a maior parte dos livros didáticos utilizados no Brasil eram, segundo Gatti Júnior (1998), de autores estrangeiros e publicados no exterior. A produção de autores brasileiros cresceu a partir dos anos 1930 em decorrência da expansão do sistema de ensino. Entre 1930 e 1960, o livro didático apresentava algumas características comuns: o título permanecia por longos anos no mercado, seus autores eram personalidades importantes para a intelectualidade da época, sua linguagem não era adaptada para diferentes faixas etárias e era publicado por poucas editoras, que, em geral, não o tinham como mercadoria mais importante. (GATTI JÚNIOR, 1998, p.21-22 *apud* SILVA 2015, p.109)

As fortes mudanças no cenário educacional dos materiais didáticos que conhecemos é filha de vários investimentos públicos direcionados a eles, os livros didáticos. Nesta relação, o ensino alcançou outros patamares de controle curricular a partir de 1960, em decorrência do regime militar vigente no Brasil.

É importante ressaltar que no Brasil muitos movimentos se colocaram de forma contrária ao regime ditatorial. No Tocantins em particular, aconteceu às margens do Rio Araguaia, na cidade de Xambioá: a *Guerrilha do Araguaia*³. Além disto, nesse período ocorreu

¹ Relatórios anuais sobre o mercado editorial brasileiro da Fundação João Pinheiro FJP e Câmara Brasileira do livro/CBL. (Silva, 2015, p.107-108)

² [...] Quando Portugal é invadido (1807) pelas tropas francesas e a família real e a corte se vêem obrigadas a virem para o Brasil sob a guarda inglesa, a conjugação de tais interesses (grupos coloniais e ingleses) obriga o príncipe regente a decretar a “abertura dos portos” mas que em realidade nunca chega a ser revogada. [...] Esta necessidade de instalação imediata do governo português em território colonial obrigou a uma reorganização administrativa com a nomeação dos titulares dos ministérios e o estabelecimento, no Rio de Janeiro, então capital. De quase todos os órgãos de administração pública e justiça, o que também ocorreu em algumas capitânias. (RIBEIRO, 1987, p.39)

³ “O grupamento que tentou realizar uma revolução, era composto por “[...] militantes contrários à ditadura militar que a acreditavam que a revolução socialista só teria sucesso se acontecesse no interior rural do Brasil[...].” (GALHARDO, 2012, 53)

a inclusão de vários investimentos advindos do exterior que subsidiaram a produção de livros didáticos, entre 1967 e 1997.

A produção de livros escolares ganhou novos setores. Pois, com incentivos financeiros foi possível abrir mão do trabalho artesanal, passando para o modelo de trabalho industrial editorial e mais acessível a ala menos favorecida “[...] da autoria individual à equipe técnica responsável, e “da escola de elite à escola de massas”” (GATTI JUNIOR, 1998, p.206 *apud* SILVA, 2015, p.110).

Com advento do fim do sangrento movimento da 2ª guerra mundial, se instaurou no mundo a chamada guerra fria, EUA x URSS, o mundo se dividia em dois grandes blocos, de um lado o Capitalismo dos Estados Unidos e do outro o Socialismo, defendido pela União Soviética. Cenário este, que delimitou severamente a produção de matérias didáticos educacionais no Brasil, nesta linha de seguimento, as lideranças militares do Brasil cederam apoio aos Estados Unidos¹.

Vale ressaltar, que graças a 2ª guerra mundial, houve um novo direcionamento tecnológico no mundo, e no Brasil isso ocorreu pela participação direta e indiretamente na guerra. Em decorrência a esse processo armamentista global que se instaurou, as indústrias brasileiras passaram a produzir equipamentos bélicos e estruturas que auxiliassem o front, no início se tinha pouca mão de obra qualificada e foi necessário formar cidadãos qualificados em um curto prazo. “Com Base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou e ainda o advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional[...]” (SAVIANI, p. 381, 2019). Dessa maneira, o processo de ensino ocorreu pela base centrada em manuais, o professor fazia a transmissão, e os alunos eram meros receptores/ouvintes (LIBÂNEO, 1985).

Anos seguintes, os manuais distribuídos pelas escolas tecnicistas tiveram que dividir espaço com os livros didáticos. Todavia, destaca-se neste contexto das décadas de 1980 e 1990, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Entretanto,

[...]é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1937. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira[...] (MEC, 2017)

¹ [...]É somente em 1945, com a derrota dos países do Eixo, que o Brasil se amarra definitivamente com os Estados Unidos, único país capitalista que sobrou da segunda grande guerra em condições de sobrevivência. E é quando começa realmente a grande penetração capitalista norte-americana, que iria atingir o apogeu em 1955[...] (BASBAUM, S.D., p. 153-4 *Apud* RIBEIRO, 1992, p116

Segundo Silva (2015), a ação proposta pelo órgão PNLD, a cargo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) sob a regulamentação da Portaria FAE, nº 863, de 30/10/1985, Resolução nº 6, de 13/07/1993, teve por objetivo,

[...]Disponibilizar livros didáticos para a indicação pelos professores. Implantação de bancos de livros didáticos e reutilização dos livros. Universalização do atendimento. Inicialmente a todos os alunos de 1ª e 2ª séries. Posteriormente às oito series do 1º grau[...] Editoras com maior estrutura e melhores estratégias de Marketing conquistaram maior número de escolhas pelos professores[...] (SILVA, 2015, p. 111).

Destaca-se ainda, que foi na década dos anos de 1980 que houve um novo direcionamento nacional, devido a criação da nova Constituição Federal, cidadã. Esta exerceu grande papel humanístico, quando balizou seus princípios fundamentais perpassados pelos Direitos Humanos.

Em virtude desse posicionamento, em 1995 o Ministério da Educação (MEC) instituiu uma série de prerrogativas no que diz respeito a seleção de livros didáticos, passando a serem regulamentados por editais de seleção¹. Estes documentos foram compostos por um time de seleção, arrolados por comissões de conhecimento, compostas por professores das redes de ensino. Nesse processo, eles foram orientados pelas Secretarias de Ensino Estadual e Municipais, órgão estes, assessorados pelo Centro de pesquisa em Educação/CENPEC (FERREIRA, 2014). A avaliação consistia nos seguintes critérios,

[...]adequação didática e pedagógica, qualidade editorial e gráfica, pertinência do manual do professor. Foram definidos dois critérios eliminatório: os livros não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; e não poderia induzir ao erro ou conter erros graves relativos ao conteúdo da área, como, por exemplo, erros conceituais. Em 1996, a avaliação sistemática foi iniciada, o MEC divulgou critérios e calendário com os prazos para diversas etapas do processo. As editoras inscreveram os livros no MEC, que foram avaliados por equipes de especialistas [...] (SILVA, 2015, p. 114).

Essas equipes elencavam quatro critérios de avaliação: “recomendados”, “recomendados com ressalva”, “não recomendados” e “excluídos”, (BRASIL, MEC, 1996). Em 1999, este documento ressaltava que os livros didáticos não poderiam conter veiculação de [...] “preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero e qualquer outra

¹ “[...] No mesmo ano, haviam sido realizados dois eventos sobre avaliação, com a presença da equipe técnica do MEC, dirigentes da FAE, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/ UNDIME, Conselho Nacional dos secretários Estaduais de Educação/ CONSED, Sindicato Nacional de Editores de Livros/ SNEL, Câmara Brasileira do livro /CBL, Associação Brasileira de Autores de livros Educativos/ABRALE, Associação Brasileira de Editores de livros/ ABRELIVROS, centro de Estudos em educação/ CENPEC e especialistas da áreas de conhecimento.[...] (SILVA, p.111-112, 2015)

forma de discriminação; fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público” (IDEM, 1999, p.15-16)

Tais legislações, trazem os direitos de representatividade alusiva às pessoas marginalizadas socialmente, em livros didáticos. Este movimento é resultado dos debates ocorridos no pós 2º segunda guerra mundial. E nessa perspectiva a declaração dos direitos humanos concebeu inúmeras mudanças, que vão além dos direitos e deveres em cenários de fronts. Ela atuou orientando mudanças em constituições federais, a exemplo da constituição brasileira no ano de 1988.

Todavia, devido ao preconceito que se estrutura nas relações sociais brasileiras prejudicou-se intencionalmente, as formas representativas dos agentes sociais nos livros didáticos. Na seção a seguir, apresentaremos as lutas ocorridas em prol de igualdade na forma representativa dos povos afro-brasileiros em livros didáticos.

3.1 Movimentos sociais em prol de igualdade representativa em livros didáticos

Em busca de mais igualdade representativa social, no Brasil ergueram-se movimentos sociais com programas e ativismos nacionais que se colocaram a favor da luta da construção de um material de cunho didático balizado por princípios reflexivos acerca da sociedade brasileira.

No ano de 1987 se iniciou o processo de assinatura de protocolos da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) por parte das lideranças representativas dos movimentos de mulheres e negros.¹ Estes protocolos segundo (MELO; COELHO, 1998, p.11-13 Apud FERREIRA, 2014, p.25) previam cinco ações que deveriam ser tomadas em âmbito nacional “divulgação da real imagem do negro [...]coedição de obras de caráter didático; “[...] promoção de eventos e debates sobre o livro didático.” Os editais de seleção de 1993/1994 marcam um novo processo de conjuntura educacional, estes passaram a adotar como preceitos avaliativos de seleção de livros didáticos temas relacionados a racismo e sexismo (BRASIL/ FAE, 1994).

Tais movimentos, Segundo Silva (2015), decorrem-se das análises feitas sobre os livros didáticos realizadas pelo MEC em sua portaria nº1230 de 05 de agosto de 1993. No corrente ano de portaria, foram definidos critérios de avaliação dos livros didáticos de: Português,

¹ “Assinaram o protocolo com a FAE: Centro de Integração Cultural Comercial Afro-Brasileiro; Instituto Nacional Afro-Brasileiro; Instituto de Pesquisa das Culturas Negras; Centro de Estudos Afro-Brasileiro; Movimento Negro Unificado; Grupo de União e Consciência Negra; Conselho de Entidades Negras da Bahia; Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiro da Secretaria de Educação de São Paulo; Comissão de Cultura Afro-Brasileira” (FERREIRA, 2014, p.24)

Matemática, Estudos Sociais e Ciências. Tendo o comitê realizado o contato com esses materiais foi possível perceber que eles continham

[...]Ausência e proporção de personagens não brancos nos textos (Matemática e estudos Sociais) e ilustrações (Matemática e Língua Portuguesa); exercício de atividades estereotipadas por personagens negras/os, como empregada doméstica, cozinheira e pedreiro (Matemática). (SILVA, 2015, p. 113)

Em 1995 ocorreu por meio do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a vida – neste movimento houve a redação de um documento que foi encaminhado juntamente à Presidência da República. Dentre as pautas educacionais supracitadas nesse documento, incluía as seguintes mudanças no livro didático: inclusão de conteúdos de história e cultura afro-brasileira, com intuito de maior valorização do negro.

Dentre os anos de 1996 a 2002, houve a inclusão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I e PNDH II), estes no seu âmbito educacional, ainda persistiam na inclusão de políticas de valorização da figura negra em âmbito escolar, através de conteúdo/livros escolares que demonstravam o respeito e a importância dos povos afro-brasileiros em sociedade (FERREIRA, 2014).

Já no âmbito Global houve a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, tendo o seguinte plano:

[...] Exorta que a UNESCO apoie os Estados na preparação de materiais didáticos e de outros instrumentos de promoção do ensino, com o intuito de fomentar o ensino, capacitação e atividades educacionais relacionadas aos direitos humanos e à luta contra os racismos, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata[...] (SILVA Jr., 2009, p. 9 apud FERREIRA, 2014, p. 26)

Tais preocupações são sucessoras no sentido do enfrentamento do processo colonizador do Brasil, movimento este demarcado por um processo escravista e de repercussão de uma história brasileira marcada por estereótipos e discursos positivistas. Neste contexto, por muitos anos se perdurou entre os manuais e o primeiros livros didáticos “artefatos de currículo” (APPLE, 1995) uma visão idealista de que o processo de colonização ocorreu de forma amistosa, além disto, tais materiais contribuíram negativamente para o agravamento de problemas sociais, dentre eles, o racismo estrutural e outras problemáticas (SILVA, 2015); (ALMEIDA, 2019).

Tais repercussões se estendem quando vamos analisar de forma direta como cada região brasileira adotou um currículo em particular. No Tocantins em específico, se tem a criação da cartilha comemorativa do 10^a ano de existência do Tocantins, tal material continha o processo

de criação, desenvolvimentos alcançados e os heróis do Estado. A análise desse material será apresentada a seguir em nossa quarta seção.

4 A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CUNHO DIDÁTICO NO CONTEXTO DOS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA DO TOCANTINS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Em decorrência da nova constituição, que se deu origem a repartição territorial do Goiás, ocorrendo assim a criação do Estado do Tocantins (GALHARDO, 2012). A criação deste estado ocorreu pela promulgação da Constituição de 05/10/1988, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT), sendo enfatizado que:

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. § 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar, que a nova Constituição Federal, concedeu autonomia política a população do Norte, esquecida administrativamente da regiões mais subdesenvolvida de Goiás (PARENTE, 1999). Além disto, educacionalmente, a CF (1988) contribuiu de forma direta para o PNLD, quando afirmou no inciso VII, art. 208: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (BRASIL, 1988).

Nos anos de 1997 a 1998, no Tocantins, houve a organização/preparativo do 10º aniversário de existência do Estado¹, evento este marcado pela presença de lideranças e toda a comunidade local.

O governador do então mandato eletivo era o senhor, José Wilson Siqueira Campos, este proporcionou a distribuição de um material de cunho didático informativo para os órgãos de educação e demais (FIRMINO, 2003).

Este material de cunho educacional, apontava até então o desenvolvimento do estado até o corrente ano. O material didático distribuído apresentava uma gama de discursos acerca de uma visão de estado que se apresentava como equilibrado e igualitário para todos.

¹ Foi nesse ano que o governador Siqueira Campos lançou o projeto “Tocantins ano 10, que consistiu na comemoração, durante um ano, ou seja de 05 de outubro de 1997 a 05 de outubro de 1998, do décimo aniversário do Estado. Conforme declarou o Sistema Estadual de Comunicação do Governo (Secom), o objetivo do projeto foi “despertar o espírito da ‘tocanidade’ e a cidadania no povo visando a fixação dos migrantes com a finalidade de promover, o mais rápido possível, o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado”. A determinação do governador foi a de “que todo discurso, atividade ou ação governamental, de qualquer pasta,” enfocasse o projeto.” (Cf. Jornal do Tocantins. nº 1.115, edição de 5 a 7 de outubro de 1997).

[...] ‘Estado da livre iniciativa e da justiça social’[...] o Tocantins é fruto do anseio de seu povo que teve a sorte – no passado e no presente – de ser conduzido, organizado e liderado pela proeza, pela coragem, pelo heroísmo pela obstinação e determinação dos ‘Pais fundadores’ do novo estado; ‘Valeu a pena sonhar e lutar’ pelo Tocantins: a confirmação disso encontra-se na política, ‘na Filosofia de trabalho’ e nos projetos postos em prática no estado, no período de 1989 a 2002, e que todos, sem distinção alguma, estão sendo beneficiado direta ou indiretamente. É uma sociedade harmoniosa, porque se formou da união de gente ordeira, ‘por gente de todas as raças que aqui se reuniram para estabelecer as bases do Brasil do Futuro’. (FIRMINO, 2003, p. 17, grifos do autor)

Neste prisma discursivo, que se aloca o contato da palavra cultura com a construção estadual de uma comunidade, esta palavra designa grande propriedade de representação social de um povo. Segundo Laraia (2006), ela é constituída pela construção social que os sujeitos realizam com sua cultura. Nesta perspectiva, a maneira que o educando se relaciona com a sociedade é modulado pelo seu contato primário que o agente social realizou com a sua própria cultura.

Sendo o Brasil e por decorrência, também o Tocantins, regulamentado por uma base capitalista, tal organização do mercado opera na ideologia que, não somente nacional, mas global. O que de certa maneira influencia diretamente na construção de currículos e materiais didáticos escolares, nesse sentido tal dominação apresenta-se em: “[...] um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.” (CHAUÍ, p.7, 2008).

No Tocantins, notamos que as grandes lideranças estaduais de sua primeira década, entre os anos de 1988 e 1998 fizeram um movimento de *forjamento Cultural identitário* da visão de quem são os habitantes e os “heróis” do Tocantins, para a população local e o restante do país. Desta maneira, para os discursos não se propagarem como não utópicos em livros e manuais escolares, necessitaram não apenas partir de si mesmo, mas das identidades que se almejavam serem conquistadas, e além disto estes devem ser “[...]construídos e fixados no imaginário social e dependem da forma como opera a ideologia. No Tocantins, a identidade oficial é construída no interior da ideologia dominante” (FIRMINO, p. 28, 2003).

O ocultamento da realidade arrola-se por três instancias de imposição ideológica: “[...] “primeiro, que a realidade seja invertida; segundo, que determinadas diferenças sejam obscurecidas, ocultadas para que possam imaginar ou ilusoriamente, serem criadas; terceiro que sejam abolidas, no plano das ideias, as contradições sociais” (FIRMINO, p. 28, 2003).

O positivismo proclamado no brasão da bandeira do Tocantins “*CO YVY ORE RETAMA*”¹ representa uma ascensão do povo como detentor da terra onde nasce a Fava de bolotas², todavia o que se faz presente é a forte dominação das oligarquias locais.

Entretanto, não podemos nos esquecer o velho princípio grego “que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade” (FOUCAULT, p.18, 2009). Desta maneira, o poder contundente das oligarquias presentes no Tocantins, mostra-se de maneira hegemônica, até mesmo em sua autopromoção como únicos detentores da construção social da identidade da comunidade tocantinense. Assim como aponta o Jornal do Tocantins³ “Para falar do universo, é preciso falar do criador. Não há como falar do Tocantins, sem falar de Siqueira Campos, o seu criador” (FIRMINO, 2003).

Dada a sociedade em que habitamos –fortemente atacada por questões ideológicas – a elite detentora do poder faz um movimento perpendicular de apresentar para seu povo os (des) avanços da sua cultura regional, através principalmente dos meios educacionais, ou pela cultura escolar representada pelos livros ou manuais didáticos.

De um lado temos a realidade social conturbada e distorcida, reconhecida apenas pelas oligarquias e de outro temos a base social, a desconhecida da realidade social, ela também se configura como sendo a receptadora de conteúdos proclamados em discursos orais ou físicos,

[...] Em sociedades divididas em classes (e também castas), nas quais uma classe explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. (CHAUÍ, 2008, p. 24).

Na criação/construção da cartilha do 10^a ano de existência do Tocantins, tal material, segundo Firmino (2003), foi construído ideologicamente travado no âmbito temporal de 1988 a 1998. Este documento tinha por propósito, a construção de uma identidade de auto valorização das conquistas feitas por grandes lideranças estaduais⁴. Além disto, tal ação, proporcionou a

¹ A frase em tupi “*Co yvy ore retama*” significa em português “*Esta terra é nossa*”. (Galhardo, 2012)

² Arvore típica da região tocantinense e é considerada um símbolo do estado, disponível em: http://professorjuniorgeo.com.br/portal/wp-content/uploads/2019/06/GEOGRAFIA_E_HISTORIA.pdf, acessado em 21/10/21

³ Ano 22, nº 2269, 2001, p. 16

⁴ “[...] ano foi 1987. As lideranças souberam aproveitar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto de existência quase que secular e pelo qual lutaram muitas gerações: a autonomia política do norte goiano já batizado “Tocantins”. Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da

criação de um currículo (uma identidade) que causava a decadência reflexiva acerca das vivências, lutas, movimentos sociais e outras formas de resistência criadas pelos moradores locais¹, dentre eles, estudantes e outros moradores (as), que resistiram ao processo político administrativo que por longos anos fadou a região do antigo norte goiano ao esquecimento de políticas públicas (PARENTE, 2001); (CAVALCANTE,1990).

Nessa medida, tal processo se forjou como um liame unificador dos propósitos das lideranças com a construção de currículos que (re)negavam de certo modo, as contribuições para construção da repartição do Centro sul goiano com o norte tocantinense.

Assembléia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente desta Assembléia, o deputado Ulisses Guimarães. A fusão de emendas criando o estado do Tocantins” (CARDOSO, et’al.) Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/Painel_2.pdf>

¹ A primeira cisão [...] É no contexto da economia de mineração, a primeira metade do séc. XVIII, que se assinala a primeira manifestação concreta de oposição do norte ao centro-sul de Goiás. Tal fato decorreu da imposição do imposto de capacitação mais elevado para as minas do norte do que para as ‘minas dos goyazes’ [...] ‘os mineiros do norte revoltaram-se contra esta medida que julgavam injusta ,e quando o superintendente se dirigiu a região, ameaçaram a passar-se em marcha ao Maranhão’ [...] ‘a reação a esta discriminação, talvez um pouco arbitraria, causou a primeira cisão nunca de todo reparada, na consciência de unidade do território de Goiás’[...] (CALVACANTE, 1990, p.64-65).

[...] em 01 de agosto de 1986, através de emenda popular com aproximadamente 80 mil assinaturas, reivindicando a aprovação do Tocantins. [...] (CALVACANTE, 1990, p.244)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões construídas neste texto, percebemos que os manuais e livros de cunho didáticos foram utilizados ao longo da história, ora como fermentas de controle ideológico e político e ora como política curricular.

Na atualidade, as diretrizes de ensino foram propagadas pelos PCN's em 1997 e seguiram em sua trajetória até a atual BNCC, em 2017, sendo uma forma simbólica da presença nacional (do estado na orientação educacional), nas escolas, através de currículos organizados por esses documentos, que, todavia, servem para orientar também o rico mercado editorial de livros didáticos.

Bittencourt (2011) vem afirmar que a desqualificação dos profissionais e a não reflexão no processo de docência de ensino, é decorrente de uma má formação profissional, fator esse que acabam por propagar a visão de que o professor necessita de um manual universal consigo para poder ministrar cada disciplina escolar.

E mesmo havendo uma superação da forma organizativa das cartilhas e enciclopédias, os livros didáticos na contemporaneidade ainda apresentam tendências que se relacionam com perspectivas tradicionais pois no âmbito da cultura da escola, tais ferramentas se tornaram imprescindíveis no controle hegemônico das grandes lideranças.

Em cada contexto histórico foi preciso formar um currículo (de súdito a cidadão) ideal, e nessa perspectiva, as cartilhas, os manuais e os livros didáticos formaram mapas (Conteúdos e disciplinas) para se alcançar as metas que cada governo orientou (ou impôs), na educação.

Concluimos que nitidamente esse processo, ao longo da história de utilização de livros didáticos da educação brasileira e tocantinense não respeitou e nem concedeu crédito necessário às contribuições feitas por negros, indígenas, caboclos e outros ao processo de luta do povo brasileiro para se tornar independente de sua metrópole no tempo colonial e depois, uma República, bem como criar o estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **Cultura e comércio do livro didático**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1998.
- BRASIL. FNDE. **Programa Nacional do Livro Didático**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>> acessado em: 31/01/22.
- BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm>
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Programa Nacional Do Livro E Do Material Didático**. 2022, disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>>
- BRASIL/ Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos. 1ª a 4ª séries**. PNLD, 1997. Brasília, 1996.
- BRASIL/ Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos. 1ª a 4ª séries**. PNLD, 1997. Brasília, 1998.
- CAMPOS, Hélio. **Mestre Bimba: criação e resistência afrodescendente**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988**. Dissertação de Mestrado apresentada ao desparamento de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1990. Acesso em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi6ppO-vuX6AhVqHbkGHR97CKUQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revista.ueg.br%2Findex.php%2Fsapiencia%2Farticle%2Fview%2F2794%2F1905&usq=A0vVaw2G7Pgy9XwQLhDCsT0tO5Zd>>
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ática: São Paulo, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense: São Paulo, 2008.

FIRMINO, Eugénio Pacelli de Moraes. **Ensino de história, identidade e ideologia: a experiência no Tocantins**. Programa de mestrado em educação brasileira da Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Loyola, 18ªed. 2009.

GALHARDO, Irma. **Epopéia tocantinense**. 2. ed. Palmas: CIP 2012.

GAMA C. N.; DUARTE N. **Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade**. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/icse/a/mZKXbDZVP4KsZkgWr9x7RTg/?format=pdf>>

RANGEL, F. A.; SOUZA, E. C. F.; SILVA A. C. A. **Métodos tradicionais de alfabetização no Brasil: Questões & Debates**. Curitiba, Editora da UFPR n. 35, p. 61-79, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002

HISTÓRIA e geografia do Tocantins, Disponível em:

<http://professorjuniorgeo.com.br/portal/wpcontent/uploads/2019/06/GEOGRAFIA_E_HISTORIA.pdf>

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perperspectivas históricas da educação**. Ática S.A. São Paulo, SP. 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 1994.

PARATODOS. **Vamos repensar nosso vocabulário? Racismo sutil**. Fecomércio Rs, Sesc, Senac, 2020.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. UFG, Goiânia, 2001.

PIRES, Antônio L. C. S. **Bimba, Pastinha e Besouro de mangangá: 3 personagens da capoeira Baiana**. Tocantins/ Goiânia, NEAB, Grafset, 2002.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: Organização escolar**. São Paulo, Cortez: autores associados, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas- SP, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas SP, Autores Associados, 2019.

SILVA, Otavio Barros. **Memória do Tocantins**. Kelps: Goiânia – GO, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Vozes, Petrópolis, RJ. 2000 sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. **Significados do livro didático na cultura escolar**. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5550_3648.pdf> acessado em 16/11/2021.

**ANEXO A - IMAGENS DO MEU TRABALHO NO TRANSPORTE DE ESTUDANTES
INDÍGENAS XERENTE DAS ALDEIAS ÀS ESCOLAS E DAS ESCOLAS À ALDEIA**

IMAGEM 1. Buscando alunos para o EJA: Aldeia salto e Aldeia Nova



Fonte: O próprio autor. Realizada entre os anos de 2021 e 2022.

IMAGEM 2 Casa coletiva na aldeia Porteira registrada quando eu fazia a rota do Ensino Fundamental - Colégio CEFYA FREI ANTÔNIO



Fonte: O próprio autor. Realizada entre os anos de 2021 e 2022.

IMAGEM 3. Ônibus escolar que eu dirigia, no dia 25 de junho de 2022 quebrou próximo a aldeia Porteira e as crianças indígenas passaram a brincar atrás do veículo enquanto esperava o conserto que durou aproximadamente cinco dias¹



Fonte: O próprio autor. Realizada em 25/06/2022.

¹ Os alunos acabaram perdendo uns 3 dias de aula.

IMAGEM. 4 Casa indígena com antena parabólica na aldeia Vão Grande – indígenas se atualizam e acompanham os processos tecnológicos



Fonte: O próprio autor. Realizada entre os anos de 2021 e 2022.

IMAGEM 5. Lucas Alves Martins motorista dos estudantes indígenas e acadêmico do Curso de Pedagogia e assim envolvendo-se com a cultura Akwe Xerente



Fonte: Regiane Alves dos Santos. Realizada em 11/07/2021.

IMAGEM 6 –brinquedos não estruturados na comunidade indígena Xerente



Fonte: O próprio autor.

ANEXO B: RESUMO EM LÍNGUA PORTUGUESA E XERENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Miracema (Warã)
Curso de Graduação em Pedagogia

Seminários: Quintas afro-brasileiras e da Consciência Negra

- Defesa de TCC - Dia 17 de novembro de 2022 das 15:30h às 17:30h -

TÍTULO: UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO E DA TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO
 E DO CURRÍCULO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO ESTADO DO TOCANTINS:
 Implicações étnico-raciais

Autor: Lucas Alves Martins. **Orientador:** Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.

Examinadores: Prof. Dr. Antônio Miranda (Ped.) e Prof. Dr. Ladislau Nascimento (Psic.)

RESUMO. O estudo relaciona a história do livro didático no Brasil com a própria ideia de história oficial predominante em cada época: colônia, império e república. Tem como objetivo a visualização da trajetória da ideologia racista e preconceituosa de estado e do mercado, no livro didático. A metodologia utilizada relacionou a ideia de currículo escolar com a de promoção do livro didático ou manuais escolares na construção da identidade da elite dominante em detrimento da população negra e indígena. Conclui-se que os atuais critérios para as orientações curriculares, bem como para a escolha e distribuição de livros didáticos são em parte, conquistas do movimento social, contudo, conclui-se ainda que não priorizam a história feita pelos próprios sujeitos que formam a população brasileira, negra e indígena.

Palavras-chave: Livro didático. Currículo. História. População Negra. Indígena.

RESUMO EM LÍNGUA AKWE XERENTE

(Por Nivan Taibã Xerente)

RESUMO. Romkmãdâ tâkãhã tka (Brasil) nã dat kwamtrẽ mnõ mba ro ãkrãipus mnõ tô hêsuka nõkwa tê kazanãmr wam si za tê kpo waihuk. Smĩsi ãsipko tô (colõnio) nã za wamtrẽn, ãkamõ tô (império) nã za wamtrẽn, are ãkamõ tô (república) nã za wamtrẽn. Hêsuka mba tê kuĩkre mnõ tô sãm romkmãdkã kunẽ tê wasku mnõ snã mãt tê kuĩkre. Ktãwanõ ãsãm rom zawre nõrĩ tô sipkẽ nã mãt wrazuwara kãtõ akwẽ nãm romwasku tê wasku. Are tokto Hêsuka dat sanãmr mnõ pibumã tê kuĩkre kba mnõ tô kbure danãm romkmãdkã mnõ tê wasku psê mnõ pibumã mãt tê kuĩkre, akwẽ kãtõ wrazuwara zemã, dawanã nẽ ãsãm rom zawre nẽhã nãm rokãmãdkã si tê wasku psê kõdi.

Palavras-chave: Hêsuka dat sanãmr da hã, nhanẽ hêsuka wam hã rowaihu ãsipko mnõze ãwaskuze, Romwasku, Wrazuwara, Akwẽ mnõ.